

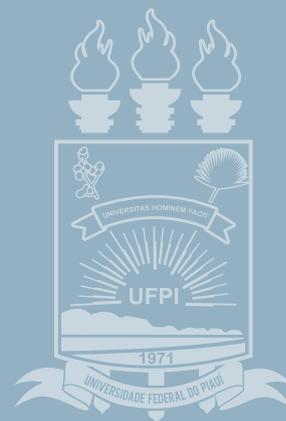
RELATÓRIO FINAL DA

EQUIPE DE TRANSIÇÃO DA

Gestão 2024-2028 da UFPI



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ



RELATÓRIO FINAL DA
**EQUIPE DE
TRANSIÇÃO DA**
Gestão 2024-2028 da UFPI

TERESINA (PI), DEZEMBRO DE 2024

COMISSÃO DE TRANSIÇÃO

Presidente

Prof^a. Dra. Nadir do Nascimento Nogueira

Coordenador Geral

Prof. Dr. Edmilson Miranda de Moura

Secretário Geral

Prof. Dr. Emídio Marques de Matos Neto

Equipe de organização e redação do Relatório Final

Prof^a. Dra. Adrianna de Alencar Setubal Santos

Prof^a. Dra. Adriana de Azevedo Paiva

Prof. Dr. Carlos Sait Pereira de Andrade

Prof^a. Dra. Gardênia de Sousa Pinheiro

Prof^a. Dra. Jacqueline Lima Dourado

Secretária Executiva Ma. Larissa Naiana Mendes de Sousa

Prof. Dr. Marcos Antonio Tavares Lira

Prof^a. Dra. Regina Lúcia Ferreira Gomes

Jornalista Ms. Renan da Silva Marques

Prof. Dr. Rodrigo de Melo Souza Veras

Prof^a. Dra. Waleska Ferreira de Albuquerque

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Piauí

Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

Divisão de Representação da Informação

U58r Universidade Federal do Piauí. *Comissão de transição.*
Relatório final da equipe de transição da gestão 2024-2028
da UFPI. – Teresina: EDUFPI, 2024
55 p.

ISBN: 978-65-5904-349-1

1. Administração pública. 2. Gestão pública. 3. Relatório
de gestão. I. Título.

CDD 351

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1 Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC)	8
Recomendações para o PAI	9
Considerações Finais	10
2 Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG)	11
Recomendações para o PAI	13
Considerações Finais	14
3 Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação (PRPG)	15
Recomendações para o PAI	15
Considerações Finais	16
4 Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPESQi)	17
Recomendações para o PAI	18
Considerações Finais	20
5 Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREXC)	21
Recomendações para o PAI	22
Considerações Finais	23
6 Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN)	24
Recomendações para o PAI	25
Considerações Finais	25
7 Pró-Reitoria de Administração (PRAD)	26
Recomendações para o PAI	27
Considerações Finais	28
8 Superintendência de Recursos Humanos (SRH)	29
Recomendações para o PAI	29
Considerações Finais	31
9 Prefeitura Universitária (PREUNI)	32
Recomendações para o PAI	32
Considerações Finais	33

10	Superintendência de Comunicação Social (SCS)	34
	Recomendações para o PAI	35
	Considerações Finais	37
11	Superintendência de Tecnologia da Informação (STI)	38
	Recomendações para o PAI	38
	Considerações Finais	39
12	Superintendência de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (SEBTT)	40
	Recomendações para o PAI	41
	Considerações Finais	41
13	Assessoria para Assuntos Internacionais (ASSINTER)	42
	Recomendações para o PAI	42
	Considerações Finais	43
14	Biblioteca Carlos Castelo Branco (BCCB)	44
	Recomendações para o PAI	44
	Considerações Finais	45
15	COPESE/COC	46
	Recomendações para o PAI	46
	Considerações Finais	47
16	Hospital Veterinário Universitário (HVU)	48
	Recomendações para o PAI	49
	Considerações Finais	50
17	Hospital Universitário (HU-UFPI)	51
	Recomendações para o PAI	51
	Considerações Finais	52
18	Reformulações das Resoluções da UFPI	53
	Recomendações para o PAI	53
	Considerações Finais	54
	CONSIDERAÇÕES FINAIS DO RELATÓRIO	55
	EQUIPE DE TRANSIÇÃO DA UFPI - GESTÃO 2024-2028	57



APRESENTAÇÃO

Este relatório, fruto de um processo democrático e participativo, marca o início de uma nova fase para a Universidade Federal do Piauí (UFPI). Organizado em 18 capítulos e elaborado a partir de 21 relatórios setoriais, este documento apresenta um diagnóstico abrangente da instituição e delinea as diretrizes para a gestão 2024-2028, sob a liderança da Reitora, Profª. Nadir Nogueira, e do Vice-Reitor, Prof. Edmilson Moura.

Com o intuito de apresentar uma visão abrangente da realidade da UFPI, elaboramos este relatório a partir de dados públicos e da colaboração das equipes gestoras. O documento, destinado à comunidade universitária e à sociedade piauiense, é resultado do trabalho conjunto das equipes de transição. Ressaltamos, porém, que a recusa de algumas áreas em participar desse processo democrático limitou a análise de seus respectivos setores.

O relatório está alicerçado nos princípios da **Democracia, Reconstrução e Sustentabilidade**, que orientam a nova gestão. Acreditamos que a UFPI deve ser um espaço de livre debate, de produção de conhecimento crítico e de formação de cidadãos e cidadãs conscientes e engajados na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável.

As equipes de transição atuaram em duas frentes principais: diagnóstico e planejamento. Primeiramente, realizaram um levantamento preciso da situação atual da UFPI, mapeando os desafios e as oportunidades de cada setor. Esse diagnóstico serviu de base para a elaboração do Plano de Ações Imediatas (PAI), que define as prioridades para os primeiros 100 dias da nova gestão. O relatório final, por sua vez, oferece um panorama completo da universidade, com informações detalhadas sobre cada área e as principais conclusões do processo de transição. Além do diagnóstico e das recomendações para o PAI, o documento prevê o monitoramento e a avaliação dos 100 primeiros dias de gestão, culminando em um planejamento participativo para o quadriênio, alinhado com as propostas da Carta-Programa. Permeando todo o relatório, destacam-se os princípios de transparência, responsabilidade, compromisso com a melhoria contínua dos serviços e valorização da comunidade acadêmica. A gestão busca promover o diálogo e a participação de todo/as na construção de uma UFPI mais democrática, inclusiva, sustentável e socialmente referenciada.





No entanto, a análise dos últimos 10 anos revela um quadro preocupante: a instituição perdeu R\$ 86,26 milhões em investimentos em infraestrutura e manutenção entre 2014 e 2023. Esse cenário impacta diretamente a capacidade da UFPI de manter e modernizar suas instalações, prejudicando as condições de ensino, pesquisa e extensão. Apesar de alguns anos apresentarem pequenas recuperações, a tendência geral é de redução dos recursos, o que exige atenção da comunidade universitária e da sociedade piauiense na busca por soluções que garantam a sustentabilidade financeira e a qualidade da instituição (Quadro 1).

Quadro 1. Recursos Orçamentários da UFPI - 10 anos.

Ano	Manutenção e Funcionamento	Infraestrutura e Material Permanente
2014	R\$ 180.953.601,79	R\$ 18.017.180,35
2015	R\$ 159.941.656,99	R\$ 11.621.059,02
2016	R\$ 168.476.417,72	R\$ 6.933.115,00
2017	R\$ 162.564.789,23	R\$ 5.626.864,68
2018	R\$ 153.754.241,49	R\$ 2.306.484,60
2019	R\$ 134.790.361,49	R\$ 1.573.716,02
2020	R\$ 112.113.413,94	R\$ 3.664.492,29
2021	R\$ 95.518.813,52	R\$ 1.668.355,47
2022	R\$ 93.544.080,08	R\$ 1.501.489,58
2023	R\$ 114.444.655,96	R\$ 2.570.136,27

Fonte: PROPLAN UFPI

Acreditamos que este documento representa um passo importante na construção de uma instituição mais forte, democrática e comprometida com o desenvolvimento do Piauí. Agradecemos a todos e todas que contribuíram para a elaboração deste relatório, em especial aos/às membros das equipes de transição. Reafirmamos nosso compromisso com a construção de uma UFPI de excelência no ensino, pesquisa, extensão e inovação, que contribua para o desenvolvimento social do Piauí e do Brasil.





Capítulo 1

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC)

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) da UFPI consolida-se como um espaço de fundamental importância para o desenvolvimento social da instituição, atuando na promoção do acesso, permanência e sucesso do/as estudantes, com especial atenção àqueles de grupos minorizados e vulnerabilizados. Sua atuação abrange um leque abrangente de serviços e programas, desde a assistência estudantil e as políticas afirmativas até a promoção da saúde mental e o bem-estar da comunidade universitária.

A PRAEC, em sua incansável busca pela inclusão e pela justiça social, articula suas ações em torno de três eixos principais: assistência estudantil, ações afirmativas e acessibilidade. Visando a aprimorar sua atuação e a atender às demandas da comunidade universitária de forma eficiente e eficaz, a Comissão de Transição identificou a necessidade de reestruturar a Pró-Reitoria, com a criação de novas coordenações, a reformulação do regimento interno e a implementação de diretrizes precisas para a participação estudantil na gestão.

A assistência estudantil é crucial para garantir a permanência e o êxito dos estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A PRAEC oferece auxílios como alimentação, transporte, moradia e permanência, além de bolsas e apoio à participação em eventos científicos. Entretanto, o relatório da Comissão de Transição revela a necessidade urgente de ampliar o apoio aos/às estudantes, incluindo auxílio moradia para estudantes dos Colégios Técnicos e novos auxílios para estudantes com deficiência e indígenas. A busca por novas fontes de recursos também é crucial para fortalecer a assistência estudantil na UFPI.

As políticas afirmativas e de acessibilidade desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão e da equidade na UFPI. A PRAEC, por meio do Núcleo de Acessibilidade (NAU), oferece serviços de apoio aos/às estudantes com deficiência, como transcrição de materiais, adaptação de provas e acompanhamento pedagógico. No entanto, é preciso ampliar a atuação do NAU, com a criação de núcleos nos campi de Picos e Bom Jesus, e fortalecer as políticas de inclusão para estudantes negro/as, indígenas, quilombolas e LGBTQIA+. A elaboração de uma política de permanência e parentalidade na UFPI, com a garantia de creches e espaços de cuidado infantil nos campi, é outra medida fundamental para promover a inclusão e a equidade na universidade.





A saúde mental e o bem-estar da comunidade universitária são cada vez mais reconhecidos como fatores essenciais para o sucesso acadêmico e pessoal. A PRAEC, por meio do Serviço de Psicologia, oferece atendimento psicológico e de assistência social aos estudantes. Entretanto, a Comissão de Transição identificou uma demanda crescente por atendimento psicológico, especialmente em casos de ansiedade, depressão e estresse. A ampliação do serviço de psicologia, com a contratação de novo/as psicólogo/as e a criação de plantões de atendimento psicológico nos campi, e o desenvolvimento de ações de promoção da saúde mental, como oficinas, palestras e grupos de apoio, são medidas importantes para garantir o bem-estar da comunidade universitária.

A comunicação transparente e o diálogo constante com o/as estudantes são pilares de uma gestão democrática e participativa na PRAEC. O relatório da Comissão de Transição indica a necessidade de fortalecer a comunicação da Pró-Reitoria com a comunidade universitária. Criar canais eficientes, como um site atualizado e informativo, redes sociais, fóruns e assembleias estudantis para discutir políticas e ações, são medidas importantes para garantir a participação estudantil na gestão.

Para cumprir sua missão de forma eficiente, a PRAEC necessita de uma equipe qualificada e motivada, além de uma infraestrutura adequada. O relatório revela a falta de profissionais em áreas chave, como assistência social, psicologia e pedagogia, e a precariedade da infraestrutura das residências universitárias. A fim de fortalecer a Pró-Reitoria, são essenciais medidas como: a contratação de novo/as profissionais; a implementação da jornada de 30 horas semanais para assistentes sociais; a reforma das residências universitárias, com garantia de acessibilidade e segurança; a criação de espaços de convivência e lazer nos campi; e, principalmente, a reestruturação e ampliação da infraestrutura da própria PRAEC, criando espaços mais integrados e acolhedores.

Recomendações para o Plano de Ações Imediatas (PAI)

- Aprimorar a gestão dos Restaurantes Universitários (RUs) e otimizar a experiência dos usuários, promovendo maior eficiência, acessibilidade e controle.
- Reformular o regimento interno, incluindo diretrizes para a participação estudantil na gestão.
- Buscar novas fontes de recursos e aumentar o número de bolsas de auxílio alimentação, transporte, moradia e permanência.
- Expandir o Núcleo de Acessibilidade (NAU) para os campi de Picos e Bom Jesus, e criar políticas de apoio à parentalidade, garantindo creches e espaços de cuidado infantil.





- Criar canais eficientes de comunicação, como um site atualizado, redes sociais e realizar permanentemente fóruns e assembleias estudantis para discutir políticas e ações.
- Priorizar a contratação de assistentes sociais, psicólogo/as e pedagogo/as.
- Garantir melhores condições de trabalho, com redução da jornada e valorização profissional para as Assistentes Sociais.
- Realizar reformas nas residências universitárias, garantindo acessibilidade e segurança.
- Estabelecer uma política de cuidados para a comunidade universitária da UFPI, especialmente para os/as profissionais que cuidam dos demais.
- Contratar novo/as psicólogo/as, possibilitando a ampliação do serviço de psicologia e criar plantões de atendimento nos campi.
- Oferecer espaços de escuta e acolhimento para o/as estudantes, com sigilo e privacidade.
- Promover ações de saúde mental, com a realização de oficinas, palestras e grupos de apoio, com foco na prevenção.
- Transferir a Coordenadoria de Cultura, Esporte e Lazer da PREXC para a PRAEC, buscando integrar as áreas de esporte, cultura e lazer com a assistência estudantil, criando programas e projetos conjuntos que promovam inclusão social, saúde e bem-estar.
- Criar a Coordenadoria de Inclusão, Diversidade, Equidade e Acessibilidade (COIDEIA), visando planejar, orientar e promover a inclusão e a acessibilidade em todos os setores da UFPI, com um plano de ação que contemple metas e prazos para implementação de políticas transversais.

Considerações Finais

A Comissão de Transição da PRAEC, após analisar a situação atual da Pró-Reitoria e as demandas da comunidade universitária, elaborou este relatório com o intuito de subsidiar a nova gestão na construção de uma PRAEC mais democrática, inclusiva e eficiente. Acreditamos que a implementação das recomendações aqui apresentadas, em especial aquelas destinadas ao Plano de Ações Imediatas (PAI), contribuirá significativamente para a promoção do acesso, da permanência e do sucesso de todo/as o/as estudantes da UFPI. Uma gestão transparente, participativa e comprometida com o bem-estar da comunidade permitirá à PRAEC consolidar-se como um espaço de acolhimento, apoio e desenvolvimento para todas as pessoas.





Capítulo 2

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG)

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) da UFPI consiste no órgão central responsável por articular e coordenar as atividades de ensino de graduação, garantindo a qualidade e a excelência na formação de profissionais e cidadão/ãs. Sua missão primordial é assegurar que os cursos ofertados pela UFPI atendam às demandas da sociedade, formando profissionais qualificado/as e cidadão/ãs comprometido/as com o desenvolvimento social.

A PREG, em sua estrutura organizacional, compreende um conjunto diversificado de diretorias e coordenações que atuam em conjunto para garantir a eficiência e a qualidade do ensino de graduação. A Diretoria de Administração Acadêmica (DAA), responsável pelos processos acadêmicos como matrículas e registro de diplomas, e as coordenações, como a Coordenadoria Geral de Graduação (CGRAD) e a Coordenadoria de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular (CDAC), desempenham funções essenciais para o bom funcionamento da PREG.

A Comissão de Transição elaborou uma Matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) para cada setor da PREG, revelando um panorama detalhado de suas potencialidades e desafios. Na Divisão de Programas e Matrículas (DPM), destacam-se como forças a implementação de ferramentas automáticas para o fluxo de matrículas, a organização eficiente dos calendários acadêmicos e a expertise da equipe em processos seletivos. A padronização dos registros e a agilidade no processamento de e-mails e documentos também são pontos fortes. Entretanto, a DPM enfrenta fraquezas como a alta demanda de e-mails e processos, que sobrecarrega a equipe, e a dependência de processos manuais, que limita a agilidade. A falta de um sistema de priorização de atendimentos e as limitações na infraestrutura também impõem desafios.

A DPM, por sua vez, possui oportunidades promissoras, como a integração com outros sistemas acadêmicos, a colaboração com a tecnologia para aprimorar o processo de matrícula e a ampliação dos métodos de comunicação com estudantes. A modernização das atividades e a redução de etapas manuais também representam oportunidades valiosas. No entanto, é preciso estar atento às ameaças, como o risco de sobrecarga no sistema de gestão de matrículas, a dependência de sistemas externos e a alta rotatividade de pessoal. Mudanças na regulamentação de admissão e matrículas pelo MEC e a falta de recursos para modernização também constituem ameaças.





O Serviço de Atendimento ao Estudante (SAE) demonstra forças significativas, como a eficiência no registro e resposta de e-mails e processos, e o atendimento centralizado. A equipe comprometida com a qualidade do atendimento e os procedimentos padronizados também são pontos fortes. No entanto, o SAE apresenta fraquezas, como a capacidade limitada de armazenamento de e-mails, a sobrecarga de tarefas e a dependência de processos manuais. A falta de recursos humanos e a dificuldade em priorizar atendimentos urgentes também impõem desafios.

O SAE, contudo, possui oportunidades para aprimorar seus serviços, como a implementação de novos sistemas de atendimento, a colaboração com outros setores para ampliar a oferta de serviços e a expansão para novos canais de comunicação. O desenvolvimento de um sistema de armazenamento em nuvem e a capacitação da equipe também representam oportunidades valiosas. É crucial, porém, que o SAE esteja preparado para enfrentar ameaças como a lentidão no sistema de gestão eletrônica de documentos, o crescimento na demanda de atendimento e a dependência de sistemas externos. Mudanças nas normativas do MEC e a escassez de recursos para atualização tecnológica também constituem ameaças.

A Divisão de Controle Acadêmico (DCA) apresenta forças como o registro rigoroso de informações acadêmicas, os procedimentos padronizados para colação de grau e histórico escolar e a competência no suporte acadêmico. A equipe dedicada à organização e o histórico organizado de documentos também são pontos fortes. No entanto, a DCA enfrenta fraquezas como a escassez de pessoal, a dificuldade de acesso a registros antigos e a dependência de arquivos físicos. A alta demanda de atendimento e o processo de atualização de dados complexo também impõem desafios.

A DCA possui oportunidades para modernizar seus processos, como a digitalização dos registros acadêmicos, a colaboração com outras divisões para centralizar registros e a automatização dos processos. A capacitação da equipe em gestão de documentos e o desenvolvimento de um sistema de gerenciamento eletrônico de documentos (GED) também representam oportunidades valiosas. É fundamental que a DCA esteja preparada para enfrentar ameaças como os riscos de segurança relacionados ao armazenamento físico de documentos, a vulnerabilidade a falhas tecnológicas e a dependência de tecnologias obsoletas. O crescente número de estudantes, a dificuldade em obter financiamento para digitalização e as mudanças nas diretrizes do MEC também constituem ameaças.

A análise FOFA da PREG, portanto, revela um cenário multifacetado, com forças e fraquezas inerentes a cada setor, bem como oportunidades e ameaças no contexto





da gestão do ensino de graduação. Compreender essa dinâmica é crucial para que a nova gestão possa formular estratégias eficazes para o fortalecimento da PREG e a promoção de um ensino de graduação de excelência na UFPI.

Recomendações para o Plano de Ações Imediatas (PAI)

- Modernizar os processos, implementando um sistema informatizado integrado para a gestão acadêmica, otimizando matrícula, registro, controle de frequência, emissão de documentos e acompanhamento do desempenho acadêmico.
- Ampliar o quadro de pessoal, realizando concurso público para contratar técnicos/as administrativos/as e docentes, a fim de suprir a demanda da PREG, especialmente nas áreas de assistência ao/à estudante, controle acadêmico e gestão de estágios.
- Melhorar a infraestrutura, reformando e ampliando os espaços físicos da PREG, garantindo acessibilidade e condições adequadas de trabalho. A aquisição de equipamentos modernos e o acesso à internet de alta velocidade também são essenciais.
- Fortalecer as ações Afirmativas e de inclusão, por meio da criação de um núcleo com a participação de representantes de diferentes segmentos da comunidade universitária, é fundamental para a construção de um ambiente acadêmico mais justo e equânime.
- Promover a formação permanente da equipe da PREG, com cursos, palestras e workshops sobre gestão universitária, políticas de ensino, ações afirmativas e inclusão, contribuirá para o aprimoramento profissional e a excelência dos serviços.
- Fortalecer a comunicação entre a PREG e os demais setores da UFPI, utilizando plataformas digitais e presenciais, é essencial para a transparência e o diálogo na gestão acadêmica.
- Aprimorar o acompanhamento e a avaliação dos cursos, com indicadores de desempenho, evasão, retenção e qualidade, permitirá uma gestão mais eficiente e orientada para resultados.
- Incentivar a inovação pedagógica, por meio de metodologias ativas como a aprendizagem baseada em problemas e o ensino híbrido, tornará o processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico e engajador.
- Estimular a internacionalização da UFPI, ampliando os convênios com universidades estrangeiras e a participação da PREG em eventos e projetos internacionais, contribuirá para a formação de profissionais com visão global





Considerações Finais

A Comissão de Transição, após analisar a estrutura, os processos e os desafios da PREG, elaborou este relatório com o propósito de fornecer um panorama detalhado da Pró-Reitoria e subsidiar a nova gestão na tomada de decisões estratégicas. Acreditamos que a implementação das recomendações aqui apresentadas contribuirá significativamente para a construção de uma PREG mais eficiente, comprometida com a excelência no ensino de graduação e com a formação de profissionais e cidadão/ãs preparado/as para os desafios do século XXI.





Capítulo 3

Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação (PRPG)

A Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação (PRPG) da UFPI desempenha um papel decisivo na formação de pesquisadore/as e cientistas, impulsionando o desenvolvimento científico e tecnológico do estado e contribuindo para o avanço do conhecimento em diversas áreas. Sua missão é promover a pós-graduação *stricto* e *lato sensu* com qualidade, formando profissionais com sólida base científica e capacidade de liderança em suas áreas de atuação.

A PRPG, em sua busca pela excelência acadêmica e científica, coordena os programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), *lato sensu* (especialização) e residências uni e multiprofissionais da UFPI. A Pró-Reitoria também se dedica à capacitação de servidore/as (docentes e técnico/a-administrativo/as) em nível de pós-graduação, contribuindo para a qualificação do corpo funcional da instituição.

O relatório da Comissão de Transição, elaborado com base em dados públicos e conversas informais com membros da comunidade acadêmica, revela um cenário desafiador para a PRPG. A Pró-Reitoria enfrenta dificuldades como a falta de informações sobre o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) para o próximo quadriênio, a necessidade de revisão de diversas resoluções e problemas com ferramentas digitais, como o programa antiplágio e o Módulo Residências no SIGAA.

A Comissão de Transição destaca a importância da execução financeira do PROAP 2024 para a continuidade das ações dos programas e a necessidade de ampliar os convênios com outras instituições, como o Tribunal de Contas do Estado (TCE) e o Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI).

Recomendações para o Plano de Ações Imediatas (PAI)

- Promover a integração da equipe da PRPG e fortalecer a articulação com a PROPESQI.
- Adotar canais de comunicação mais institucionalizados e valorizar a atuação do Fórum de Coordenadores da Pós-Graduação.
- Fomentar as discussões sobre autoavaliação dos programas e incentivar a atualização das páginas dos programas na internet.
- Rever as principais regulamentações da pós-graduação, incluindo as resoluções que definem o Qualis, e reavaliar as lotações dos mestrados e doutorados.





- Estreitar o diálogo com o/as discentes da pós-graduação por meio da Associação de Pós-Graduandos da UFPI (APG).
- Assessorar o preenchimento final das informações da Avaliação Quadrienal dos Programas *Stricto Sensu*.
- Avaliar a oferta e assumir a centralidade e coordenação dos cursos de especialização, além de analisar dados de matrícula, evasão e taxa de sucesso das residências
- Encontrar soluções para os problemas com a licença do programa antiplágio, o funcionamento do Módulo Residências no SIGAA e as melhorias nos sites dos programas de pós-graduação.
- Buscar ativamente novos convênios de cooperação técnico-científica e introduzir novas metodologias científicas nas linhas de pesquisa.
- Buscar acesso à execução financeira do PROAP 2024 e otimizar o uso dos recursos para garantir a continuidade das ações dos programas.

Considerações Finais

A PRPG, como órgão de fomento à pós-graduação na UFPI, desempenha um papel estratégico na formação de pesquisadore/as e no avanço do conhecimento. O relatório da Comissão de Transição evidencia os desafios e as oportunidades que se apresentam para a PRPG, como a necessidade de atualização de normativas, a melhoria da infraestrutura digital e o fortalecimento da comunicação entre o/as diferentes atores e atrizes envolvido/as na pós-graduação. Acreditamos que a implementação das recomendações apresentadas, especialmente aquelas destinadas ao PAI, contribuirá para a construção de uma PRPG mais forte, eficiente e comprometida com a excelência acadêmica e com o desenvolvimento social, científico e tecnológico do Piauí.





Capítulo 4

Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPESQi)

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPESQi) da UFPI desempenha uma função essencial no incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico, buscando promover a inovação e a produção de conhecimento relevante para o avanço da ciência e para o desenvolvimento social e econômico do estado do Piauí. Sua missão é articular, coordenar e fomentar as atividades de pesquisa e inovação na UFPI, criando um ambiente acadêmico propício à criatividade, à curiosidade científica e à busca por soluções inovadoras para os desafios da sociedade.

A PROPESQi, em sua estrutura organizacional, compreende a Coordenadoria de Pesquisa e Inovação (CPESI), a Coordenadoria de Infraestrutura e Pesquisa (CIP), a Gerência de Inovação Tecnológica (GIT), o Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia (NINTEC) e os Biotérios. A CPESI é responsável por planejar, organizar e executar as ações de fomento à pesquisa, incluindo os editais de financiamento e os programas de bolsas de iniciação científica. A CIP submete projetos institucionais a agências de fomento, acompanha convênios, gerencia a execução de planos de trabalho (equipamentos e obras), entre outras funções. A GIT, por sua vez, atua na promoção da cultura de inovação na UFPI, por meio de editais de apoio a projetos inovadores, da criação de incubadoras de empresas e do incentivo ao empreendedorismo. O NINTEC, por sua vez, dedica-se à gestão da propriedade intelectual e à transferência de tecnologia, protegendo as inovações desenvolvidas na UFPI e promovendo sua aplicação no mercado.

O relatório da Comissão de Transição revela a necessidade de ações para fortalecer a PROPESQi e seus órgãos vinculados, incluindo a atualização e reestruturação do organograma, a melhoria da comunicação interna e externa, a ampliação do quadro de pessoal e a modernização da infraestrutura. A Comissão também destaca a importância de aprimorar os processos de gestão de projetos e convênios, com a implementação de indicadores de desempenho e monitoramento contínuo para assegurar a conformidade com as exigências e prazos das agências de fomento.

Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia (NINTEC)

O NINTEC, como órgão vinculado à PROPESQi, desempenha um papel essencial na promoção da inovação e transferência de tecnologia na UFPI. O relatório da Comissão





de Transição do NINTEC destaca a importância do núcleo para o desenvolvimento da pesquisa, inovação e empreendedorismo na UFPI, e recomenda ações para fortalecer sua atuação e ampliar seus serviços.

A Comissão de Transição identificou a necessidade de reestruturação administrativa do NINTEC, com a ampliação da equipe e a modernização da infraestrutura, incluindo a atualização do site e a implementação de medidas de segurança da informação. A criação de mecanismos eficientes para a gestão da propriedade intelectual e o fomento à inovação e ao empreendedorismo também são apontados como prioridades.

Biotérios

Os **biotérios** da UFPI desempenham um papel crucial na pesquisa científica, abrigando diversas espécies de animais para fins de estudo. No entanto, o relatório da Comissão de Transição revela a necessidade urgente de melhorias na gestão, infraestrutura e organização dos biotérios, visando garantir o bem-estar animal, a biossegurança e a qualidade da pesquisa.

O Biotério Setorial II, por exemplo, apresenta problemas como a falta de espaço, a necessidade de construção de uma lixeira adequada e a contratação de mais tratadores. O Biotério de Animais Silvestres, por sua vez, requer melhorias na infraestrutura e na organização dos setores de criação.

A Comissão de Transição recomenda a implementação de um sistema informatizado para controle de animais, a criação de um Comitê de Ética no Uso de Animais (CEUA) para cada biotério e a elaboração de uma política institucional para os biotérios, com a participação da comunidade acadêmica. Outras ações importantes incluem a contratação de novos tratadores, a melhoria da infraestrutura e a busca por recursos para situações emergenciais.

Recomendações para o Plano de Ações Imediatas (PAI)

- Reestruturar o organograma da PROPESQI, transferindo a Gerência de Inovação Tecnológica (GIT) para o NINTEC e o Biotério Geral para a CPESI.
- Criar um plano de contingência para evitar a paralisação das atividades do NINTEC em caso de ausência do técnico administrativo responsável pelos processos.





- Analisar a necessidade de recursos humanos para o NINTEC, considerando a nova conjuntura do Núcleo e o ambiente de inovação em expansão no Piauí e na UFPI.
- Melhorar a comunicação interna e externa do NINTEC, criando uma página web com informações precisas e acessíveis sobre os serviços oferecidos.
- Avaliar a infraestrutura física do NINTEC, buscando um espaço físico maior e mais adequado e providenciando a compra de novos equipamentos.
- Implementar um sistema de gerenciamento eletrônico de documentos no NINTEC para agilizar os processos.
- Criar o organograma dos biotérios no sistema SIPAC da UFPI para facilitar a comunicação interna e os trâmites administrativos.
- Elaborar um inventário detalhado e informatizado de insumos para os biotérios, incluindo caixas, estantes, bebedouros, ração, maravalha e xilana.
- Iniciar o processo de compra de materiais básicos para os biotérios, como estantes, exaustores, caixas e bebedouros.
- Publicar edital para contratação de tratadores para o Biotério Setorial II.
- Construir uma lixeira adequada para o Biotério Setorial II.
- Iniciar a elaboração da política institucional para os biotérios, com a participação da comunidade acadêmica.
- Contatar a médica veterinária de Picos para iniciar o processo de transferência para Teresina, visando assumir a responsabilidade técnica do Biotério Setorial II.
- Elaborar os novos editais de Iniciação Científica e Tecnológica da UFPI, visando melhorias na avaliação de docentes e projetos, em coordenação com os Comitês de Ética (CEP e CEUA).
- Avaliar o impacto do Programa de Bolsas de Produtividade para as pesquisas do/a docente e para a Instituição, reavaliar as regras do edital e definir o cronograma.
- Verificar os resultados obtidos com o Programa Inova UFPI e propor novas formas de atuação.
- Analisar o relatório de atividades do Grupo de Agentes Acadêmicos de Inovação (GAAI) e definir as ações para os próximos meses.
- Consultar a Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação (FADEX) sobre as pendências na execução dos convênios com a Agência Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e dialogar com o/a coordenador/a de cada subprojeto para definir estratégias para agilizar a execução.
- Integrar as páginas de todos os órgãos com a página da PROPESQI, atualizar as informações e facilitar o acesso aos editais e formulários.





Considerações finais

A PROPESQI, como órgão central na promoção da pesquisa e da inovação na UFPI, desempenha um papel estratégico no desenvolvimento científico e tecnológico do estado do Piauí. A Comissão de Transição identificou a necessidade de reestruturar a PROPESQI, com a ampliação do quadro de pessoal, a melhoria da infraestrutura e a atualização dos equipamentos. A Comissão também recomenda a otimização dos processos de gestão de projetos e convênios, com a implementação de indicadores de desempenho e o monitoramento contínuo das ações. Acreditamos que a nova gestão da PROPESQI, com base em um planejamento estratégico e na colaboração com os diferentes setores da UFPI, conseguirá impulsionar a pesquisa e a inovação, contribuindo para o desenvolvimento científico, tecnológico e social do Piauí.





Capítulo 5

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREXC)

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREXC) da UFPI desempenha um papel fundamental na construção de pontes entre a universidade e a sociedade, promovendo a troca de saberes, o diálogo e a transformação social. Sua missão é articular, fomentar e coordenar as atividades de extensão e cultura, impulsionando a interação da UFPI com a comunidade e contribuindo para o desenvolvimento regional.

A PREXC, em sua busca por uma universidade mais integrada com a sociedade, estrutura-se em três coordenadorias: a Coordenadoria de Programas, Projetos, Cursos e Eventos Científicos e Tecnológicos (CPPEC), a Coordenadoria de Programas e Cursos de Formação Profissional e Políticas Sociais (CFOPS) e a Coordenadoria de Programas, Projetos e Eventos de Cultura, Esporte e Lazer (CPEL). Cada coordenadoria, com suas atribuições específicas, atua em conjunto para promover a extensão e a cultura na UFPI, buscando a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, e a construção de um conhecimento socialmente referenciado.

O relatório da Comissão de Transição revela a necessidade de reorganizar a estrutura da PREXC, uma vez que a CPPEC concentra a maior parte das atividades, sobrecarregando a equipe e limitando a atuação das demais coordenadorias. A Comissão também identificou a falta de transparência e atualização das informações, dificultando o acesso a dados relevantes para a comunidade.

A curricularização da extensão, apesar de ser uma política importante, ainda está em fase de implantação, com apenas 49 cursos com a curricularização implementada e 18 em tramitação. O relatório destaca a necessidade de atualizar e revisar as resoluções relacionadas à curricularização e de criar uma comissão para tratar das demandas e atualizar o SIGAA.

O Seminário de Extensão (SEMEX), maior evento de extensão da UFPI, registrou um aumento significativo de trabalhos aceitos em 2024, o que demonstra o crescimento da extensão na universidade. No entanto, a PREXC precisa fortalecer as ações de extensão em áreas como esporte, cultura e lazer, buscando parcerias e recursos para o desenvolvimento de projetos.

O orçamento da PREXC é destinado majoritariamente ao pagamento de bolsas PIBEX, o que limita o desenvolvimento de outras ações de extensão. A Comissão de Transição recomenda a busca por novas fontes de recursos para ampliar as ações de extensão e fortalecer os programas e projetos da PREXC.





Recomendações para o Plano de Ações Imediatas (PAI)

- Reorganizar a estrutura da PREXC, redistribuindo responsabilidades, criando coordenadorias (se necessário) e otimizando as existentes para garantir a eficiência das ações de extensão.
- Melhorar a comunicação e a transparência da PREXC, atualizando as informações e divulgando as ações de extensão para a comunidade, por meio de um site atualizado e de uma comunicação eficiente.
- Avançar na implementação da curricularização da extensão, com a atualização e revisão das resoluções e a criação de uma comissão para tratar das demandas e atualizar o SIGAA.
- Realizar um estudo para diagnosticar os gargalos na implantação da curricularização da extensão nos cursos da UFPI e implementar medidas para superar as dificuldades e garantir a efetivação da política.
- Fortalecer as ações de extensão em áreas como esporte, cultura e lazer, buscando parcerias e recursos para o desenvolvimento de projetos e a promoção de eventos.
- Diversificar as fontes de recursos para a PREXC, buscando parcerias e editais externos, para ampliar o financiamento das ações de extensão e reduzir a dependência do PIBEX.
- Implementar um sistema de cadastramento das Associações Atléticas (AA) da UFPI, para organizar e regularizar as atividades esportivas e promover a integração entre os/as estudantes.
- Criar um banco de dados com informações sobre os Núcleos de Extensão da UFPI, para mapear e acompanhar as atividades dos núcleos e fortalecer a extensão universitária.
- Avaliar o impacto social das ações de extensão da PREXC, por meio de indicadores e pesquisas, para mensurar os resultados e subsidiar a tomada de decisão.
- Promover a PREXC itinerante, dentro e fora da UFPI, para levar as ações de extensão para diferentes comunidades e fortalecer o vínculo da universidade com a sociedade.
- Revisar o barema do edital do PIBEX, para que esteja mais voltado para a extensão e inclua pontuação diferenciada para projetos que contemplem inclusão e acessibilidade.
- Fortalecer a gestão da Incubadora de Empresas do Agronegócio (INEAGRO), garantindo o acesso da PREXC aos dados e a participação na gestão da incubadora.
- Aumentar o quantitativo de Empresas Juniores (EJ) cadastradas na UFPI, por meio de medidas para simplificar o processo de cadastramento e reduzir a burocracia, facilitando a criação e o desenvolvimento de EJs na universidade.





- Avaliar a situação da estrutura física dos espaços gerenciados pela PREXC, como o Cine Teatro, o Espaço Rosa dos Ventos e o Espaço Noé Mendes, e realizar as reformas e melhorias necessárias para garantir o bom funcionamento e a acessibilidade.
- Organizar a sala de videoconferência e a sala de reunião da PREXC para que todos o/as extensionistas, sejam professores/as ou alunos/as, tenham acesso aos espaços e recursos da Pró-Reitoria.
- Fortalecer as assessorias de extensão da multicampia, com a alocação de recursos e a capacitação da equipe, para promover a interiorização da extensão e garantir o acesso da comunidade local às ações da PREXC.
- Agendar visitas da nova gestão da PREXC aos campi da multicampia e Colégios Técnicos para ouvir as demandas e expectativas locais, por meio das assessorias de extensão.
- Criar uma política de esporte, cultura e lazer para a UFPI, em conjunto com a Pró-Reitoria de Graduação (PREG) e a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAEC), para auxiliar no desenvolvimento do/a aluno/a, na melhoria da qualidade da saúde física e mental e na aproximação e inclusão da multicampia.
- Aproximar a PREXC dos/as alunos/as para ouvir e articular futuros projetos de esporte, cultura e lazer, garantindo a participação estudantil na construção das ações de extensão.
- Buscar parcerias e fortalecer ações com a Superintendência de Comunicação Social (SCS), a PREG e a PRAEC para ampliar o alcance e o impacto das ações de extensão.
- Implementar uma política de valorização dos/as professores/as extensionistas, com medidas de incentivo à extensão e reconhecimento da importância da extensão universitária.

Considerações finais

A PREXC, como instância de articulação entre a UFPI e a sociedade, desempenha um papel decisivo na promoção da extensão universitária e no diálogo de saberes. A Comissão de Transição identificou a necessidade de reestruturar a PREXC, com a reorganização das coordenadorias e a melhoria da comunicação interna e externa. A Comissão também recomenda a ampliação e a diversificação das ações de extensão, com a busca por novas fontes de financiamento e o fortalecimento das parcerias com a comunidade. Acreditamos que a nova gestão da PREXC, com base nas recomendações apresentadas, poderá consolidar a extensão universitária como um instrumento de transformação social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e sustentável.





Capítulo 6

Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN)

A Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) consiste no órgão central da UFPI responsável por delinear os rumos estratégicos da instituição, orientando seu desenvolvimento e assegurando sua sustentabilidade a longo prazo. Sua missão é formular, implementar e acompanhar as políticas de planejamento e orçamento da universidade, com vistas a alcançar os objetivos definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e garantir a aplicação eficiente dos recursos financeiros.

A PROPLAN, em sua busca por uma gestão universitária eficiente e transparente, estrutura-se em duas diretorias: a Diretoria de Governança e a Diretoria de Gestão de Recursos. A Diretoria de Governança é responsável por elaborar e acompanhar o PDI, definindo as metas, os objetivos e as estratégias de longo prazo da UFPI. A Diretoria de Gestão de Recursos, por sua vez, atua na gestão dos recursos financeiros da universidade, elaborando o orçamento anual, acompanhando a execução orçamentária e garantindo o cumprimento das normas e regulamentos aplicáveis.

O relatório da Comissão de Transição destaca a importância da PROPLAN para a gestão eficiente e transparente da UFPI, mas também aponta desafios a serem enfrentados, como a integração limitada entre os setores da PROPLAN, a dependência excessiva de recursos do MEC, a burocracia em processos de convênios e contratos e a falta de articulação com outros setores estratégicos da universidade.

A Comissão de Transição recomenda ações para fortalecer a captação de recursos, como a criação de uma política mais eficaz de captação junto ao Governo Federal, Estado, iniciativa privada e organismos internacionais, além do desenvolvimento de uma carteira de projetos estruturantes para a UFPI. A Comissão também sugere a implementação de um sistema interno de controle da execução orçamentária e a melhoria da eficiência na solicitação de empenhos, para evitar distorções no orçamento.

A desburocratização de Termos de Execução Descentralizada (TEDs) e contratos acadêmicos, visando reduzir o tempo de andamento dos processos, e a melhoria da comunicação interna e externa, com a aquisição de softwares e plataformas de gestão de projetos, também são recomendações importantes da Comissão de Transição.





Recomendações para o Plano de Ações Imediatas (PAI)

- Fortalecer a captação de recursos junto ao Governo Federal, Estado, iniciativa privada e organismos internacionais, além de desenvolver uma carteira de projetos estruturantes para a UFPI.
- Implementar um sistema de controle para a execução orçamentária e otimizar a solicitação de empenhos.
- Viabilizar um TED específico para manutenção predial e aquisição de equipamentos.
- Melhorar a comunicação interna, aprimorando a interação entre as coordenações e estabelecendo maior colaboração com outros setores da UFPI.
- Desburocratizar TEDs e contratos, simplificando os processos para reduzir o tempo de andamento.
- Adquirir softwares de gestão, plataformas de gestão de projetos e análise de dados para melhorar a eficiência operacional.
- Firmar acordo para a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).
- Disponibilizar uma sala equipada para o funcionamento da Comissão Própria de Autoavaliação Institucional (CPA).
- Fortalecer o Comitê de Acompanhamento da Política de Egressos da UFPI (COPAE) com a alocação de um técnico administrativo.
- Retomar a Política do Conselho de Segurança da UFPI e instalar o Conselho.
- Melhorar a estrutura da assessoria internacional da UFPI para estabelecer parcerias e captar recursos.

Considerações finais

A PROPLAN, como órgão de planejamento e gestão da UFPI, desempenha um papel estratégico na condução da universidade rumo ao cumprimento de sua missão e de seus objetivos institucionais. A Comissão de Transição identificou a necessidade de fortalecer a PROPLAN, com a ampliação do quadro de pessoal, a melhoria da infraestrutura e a atualização dos sistemas de informação. A Comissão também recomenda a implementação de medidas para a melhoria da eficiência e da transparência na gestão orçamentária e financeira da UFPI. Acreditamos que a nova gestão da PROPLAN, com base nas recomendações apresentadas, poderá liderar a UFPI em uma trajetória de crescimento e desenvolvimento sustentável, consolidando a instituição como referência em excelência acadêmica e gestão universitária.





Capítulo 7

Pró-Reitoria de Administração (PRAD)

A Pró-Reitoria de Administração (PRAD) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) é o esteio da gestão administrativa e financeira da instituição, sendo responsável por coordenar e executar as atividades administrativas e financeiras, conforme definido no Regimento Interno da Reitoria. A PRAD zela pela gestão de compras, execução orçamentária e financeira, e outras ações administrativas essenciais para o funcionamento da universidade. Este capítulo apresenta um panorama da PRAD, com base no relatório da Comissão de Transição, e delineia as recomendações para o Plano de Ações Imediatas (PAI) para os primeiros 100 dias da nova gestão.

A PRAD, em sua estrutura organizacional, compreende a Diretoria Administrativa (DA), a Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF) e a Coordenadoria de Compras e Licitações (CCL). A DA cuida da interlocução entre as unidades acadêmicas e administrativas, facilitando a comunicação e a coordenação entre os diferentes setores da UFPI. A DCF é responsável pela gestão contábil e financeira, garantindo a transparência e a eficiência na administração dos recursos da universidade. A CCL gerencia a aquisição de materiais e serviços, por meio de processos licitatórios ou compras diretas, assegurando a conformidade com a legislação e a economicidade nas compras públicas.

O relatório da Comissão de Transição revela a necessidade de reestruturar a PRAD, com a realização de concurso público para ampliar o quadro de pessoal e atender à demanda crescente por serviços administrativos. A Comissão também identificou a importância de implementar medidas para melhorar a eficiência dos processos, como a aquisição de softwares de gestão e a desburocratização dos trâmites administrativos.

A gestão de contratos é outro ponto crucial que requer atenção da nova gestão da PRAD. O relatório aponta a necessidade de analisar e regularizar contratos com empresas terceirizadas, principalmente aqueles com prazos próximos de conclusão, para evitar a interrupção dos serviços essenciais para a UFPI. A Comissão de Transição também destaca a importância de implementar uma política eficaz de captação de recursos junto ao Governo Federal, Estado, iniciativa privada e organismos internacionais, para ampliar as fontes de financiamento da UFPI e reduzir a dependência do Ministério da Educação (MEC).





Recomendações para o Plano de Ações Imediatas (PAI)

- Realizar concurso público, alocar servidores/as de forma eficiente e reestruturar a Coordenadoria de Compras e a Gerência de Contratos.
- Adquirir softwares de gestão e desburocratizar os trâmites administrativos, aprimorando os processos.
- Analisar e regularizar contratos com empresas terceirizadas, com atenção especial aos contratos com prazos próximos de conclusão e àqueles com a UFDPAr.
- Implementar um sistema de controle para a execução orçamentária, melhorar a solicitação de empenhos e buscar novas fontes de recursos.
- Criar a Unidade de Controle Interno, conforme determinação da Lei nº 14.133/21.
- Melhorar a interação entre as diretorias e coordenadorias da PRAD e estabelecer maior colaboração com outros setores da UFPI.
- Articular com a PREUNI, a PROPLAN e a SRH as demandas da PRAD que requerem ação conjunta.
- Articular com a STI a disponibilização de espaço na nuvem para armazenamento de arquivos.
- Avaliar a transferência do setor de Patrimônio Imóvel da PRAD para a PREUNI.
- Avaliar a necessidade de reestruturação do almoxarifado, com a contratação de pessoal e a aquisição de materiais e equipamentos.
- Implementar medidas para aprimorar a gestão do patrimônio móvel, como a atualização do sistema de controle patrimonial e a realização de inventários periódicos.
- Digitalizar os processos da Divisão de Protocolo, Arquivo e Microfilmagem.
- Concluir as licitações em andamento, com a abertura das sessões públicas, a análise dos recursos e a adjudicação dos objetos dos pregões eletrônicos.
- Publicar as licitações pendentes, com a definição dos objetos, a elaboração dos editais e a divulgação dos pregões eletrônicos.
- Finalizar as pesquisas de preços para dar andamento às licitações
- Elaborar os artefatos das contratações, elaborando minutas de contratos e termos de referência.
- Realizar o credenciamento de leiloeiros, por meio de inexigibilidade de licitação, para viabilizar a venda de bens inservíveis da UFPI.
- Finalizar as dispensas emergenciais, com a contratação dos serviços de limpeza para o CAFS e a locação de ônibus.





- Analisar os contratos vigentes, com atenção especial àqueles com dedicação exclusiva de mão de obra.
- Renegociar os contratos que irão encerrar suas vigências até dezembro de 2024 e 2025.
- Prorrogar os contratos essenciais que deverão ser prorrogados excepcionalmente até dezembro de 2024 e 2025, conforme previsão legal.
- Concluir os processos de repactuação, para manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.
- Adotar medidas para aprimorar a conformidade contábil, corrigindo as divergências entre os relatórios da folha de pagamento e o e-Social, regularizando os valores de Imposto de Renda e obtendo a Certidão Negativa de Débito (CND) da Receita Federal.
- Reavaliar os ativos imobilizados, conforme as normas do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).
- Analisar os bens intangíveis, como softwares, para realizar a baixa contábil dos softwares com vida útil definida e revisar os softwares com vida útil indefinida.
- Regularizar a depreciação de bens móveis no sistema patrimonial.
- Adquirir um sistema para auxiliar na escrituração dos impostos e melhorar o fluxo de trabalho da Gerência Contábil, como o EFD-Reinf.

Considerações finais

A PRAD, como órgão de suporte administrativo da UFPI, desempenha um papel essencial na garantia da eficiência e da transparência na gestão dos recursos públicos. A Comissão de Transição identificou a necessidade de modernizar a PRAD, com a implementação de sistemas informatizados, a revisão dos processos e a ampliação do quadro de pessoal. Acreditamos que a nova gestão da PRAD, com base nas recomendações apresentadas, poderá construir uma administração mais ágil, eficiente e comprometida com os princípios da boa governança, contribuindo para o fortalecimento da UFPI como instituição de excelência acadêmica e administrativa.





Capítulo 8

Superintendência de Recursos Humanos (SRH)

A Superintendência de Recursos Humanos (SRH) da UFPI constitui um órgão de fundamental importância para a gestão de pessoas na instituição, atuando na valorização, no desenvolvimento e no bem-estar do/as servidore/as docentes e técnico/a-administrativo/as. Sua missão é promover uma gestão de pessoas eficiente, ética e transparente, alinhada com os princípios da administração pública e com os objetivos estratégicos da UFPI.

Criada em 1971, a SRH passou por diversas transformações ao longo dos anos, adaptando-se às demandas e desafios da gestão de pessoas na UFPI. A Superintendência, em sua estrutura organizacional, compreende cinco coordenações: de Administração de Pessoal (CAP), de Pagamento (CP), de Atenção ao Servidor (CAS), de Desenvolvimento de Pessoas (CDP) e de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação (CGPTI). Cada coordenação tem responsabilidades específicas, atuando de forma integrada para garantir a eficiência e a qualidade dos serviços prestados aos servidores da UFPI.

O relatório da Comissão de Transição revela um cenário desafiador para a SRH, marcado pela sobrecarga de trabalho do/as servidore/as, pela necessidade de maior descentralização das atividades nos campi e pela crescente demanda por atendimento. A Comissão de Transição identificou a necessidade de investir em programas de desenvolvimento e treinamento para o/as servidore/as, com foco na qualificação contínua e no uso de plataformas digitais. A implementação de práticas de boa governança e gestão, a descentralização de atividades e a melhoria da transparência e agilidade na gestão também são apontadas como medidas essenciais para o fortalecimento da SRH.

Recomendações para o Plano de Ações Imediatas (PAI)

- Realizar concurso público para ampliar o quadro de pessoal.
- Investir em programas de desenvolvimento e treinamento para os/as servidores/as, com foco na qualificação contínua e no uso de plataformas digitais.
- Implementar a flexibilização da jornada de trabalho, quando e onde for possível.
- Oferecer cursos e treinamentos para o aperfeiçoamento das atividades institucionais.





- Normatizar e publicar o procedimento para avaliação de estágio probatório de servidores/as técnico-administrativos/as e docentes.
- Criar e implementar um instrumento anual de avaliação de desempenho.
- Criar uma ferramenta de Levantamento de Necessidades de Capacitação de Pessoas (LNCP).
- Promover o cadastramento de currículos no Banco de Talentos do SouGov.
- Ampliar a autonomia da multicampia, distribuindo melhor as responsabilidades e atividades administrativas.
- Aprimorar a comunicação entre os setores da SRH e a multicampia.
- Capacitar e habilitar servidores/as representantes da multicampia para executarem atividades administrativas.
- Implementar práticas de boa governança e gestão.
- Concluir a atualização do site da SRH.
- Adotar todos os módulos do SouGov.
- Finalizar o mapeamento dos processos internos.
- Realizar o Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT) em todas as unidades administrativas da UFPI.
- Melhorar os índices iGovPessoas e iGestPessoas.
- Atualizar as informações de transparência de todas as coordenações na página da SRH.
- Implementar medidas para reduzir o consumo de papel e copos plásticos.
- Elaborar relatório com perfil epidemiológico dos servidores/as da UFPI para identificar os agravos de saúde e afastamentos mais prevalentes.
- Elaborar um plano para realização de exames médicos ocupacionais.
- Realizar anualmente inspeções de segurança em todas as unidades organizacionais.
- Incluir a documentação dos servidores/as no Assentamento Funcional Digital (AFD).
- Resolver as demandas do E-SOCIAL, referente a concursos externos.
- Realizar atividades e criar educativas sobre diversos temas, incluindo qualidade de vida no trabalho, preparação para aposentadoria e direitos e deveres do/a servidor/a público.
- Realizar visitas de prova de vida e domiciliares, além de atendimentos.
- Realizar ações sobre assédio moral e sexual e promover ações educativas nos quatro campi da UFPI.





Considerações Finais

A SRH, como órgão responsável pela gestão de pessoas na UFPI, desempenha um papel crucial na valorização e no desenvolvimento do/as servidore/as, contribuindo para a construção de um ambiente de trabalho mais justo, motivador e produtivo. A Comissão de Transição identificou a necessidade de modernizar a SRH, com a implementação de sistemas informatizados, a revisão dos processos e a ampliação do quadro de pessoal. Acreditamos que a nova gestão da SRH, com base nas recomendações apresentadas, poderá construir uma gestão de pessoas mais eficiente, transparente e comprometida com o bem-estar do/as servidore/as, contribuindo para o fortalecimento da UFPI como instituição de excelência acadêmica e administrativa.





Capítulo 9

Prefeitura Universitária (PREUNI)

A Prefeitura Universitária (PREUNI) da UFPI desempenha um papel fundamental na gestão do espaço físico da instituição, sendo responsável por planejar, coordenar e executar as atividades de construção, reforma, manutenção e conservação do patrimônio físico da universidade. Sua missão é garantir um ambiente universitário seguro, funcional e acolhedor, propício ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A PREUNI, em sua estrutura organizacional, compreende seis coordenações: de Manutenção Patrimonial (CMP), de Obras e Serviços (COS), de Serviços Operacionais (CSO), de Planejamento e Controle (CPC), de Projetos (CP) e de Segurança e Vigilância (CSV). Cada coordenação tem responsabilidades específicas, atuando de forma integrada para garantir a gestão eficiente do patrimônio físico da UFPI.

O relatório da Comissão de Transição revela um cenário difícil para a PREUNI, com obras abandonadas, processos complexos e falta de integração entre setores. A Comissão de Transição identificou a necessidade de padronizar processos, melhorar a integração entre setores e revisar o Regimento Interno da Prefeitura. A gestão de demandas complexas, como a gestão ambiental e a regularização de imóveis, requer uma atuação conjunta com outros setores da UFPI, como a PRAD e a PROPLAN.

A Comissão de Transição também destaca a importância de priorizar as metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) para alcançar resultados eficazes. A criação de rotinas de reuniões e governança, a implementação de maior transparência de dados e o aumento da capacidade de armazenamento em nuvem também são apontados como medidas importantes.

Recomendações para o Plano de Ações Imediatas (PAI)

- Contratar empresa para elaboração de projetos e implementar programa com recursos especiais para regularização das edificações da UFPI junto ao Corpo de Bombeiros e Prefeituras.
- Contratar ETE Compacta para a rede coletora de esgotos do CAFS e CTF.
- Consolidar e regularizar os registros de terrenos em diferentes campi.
- Negociar com a Prefeitura de Teresina para obtenção de documentação e alvarás.





- Firmar convênio técnico com a FADEX para apoio a projetos de engenharia e sondagem geotécnica.
- Priorizar projetos que estejam no PDI/PDU e com dotação orçamentária.
- Implementar e treinar a equipe no uso do software de gestão de projetos QI VISUS.
- Investir em tratamento de esgoto, usinas fotovoltaicas e melhorias na infraestrutura.
- Melhorar a acessibilidade nos campi.
- Instalar datacenter e renovar a rede de comunicação.
- Construir creche no CMPP e melhorar a assistência a discentes e servidore/as.
- Agilizar a análise de documentos técnicos pela equipe de planejamento.
- Rever o procedimento de participação em editais FINEP, agilizando a elaboração de projetos.
- Rever os critérios para parceria com outros órgãos, evitando problemas de responsabilidade técnica.
- Aprimorar a comunicação entre fiscalização e equipe de projetos, estabelecendo um fluxo organizado e eficiente.
- Instalar unidades de geração fotovoltaica.
- Modernizar as subestações de energia e trocar o cabeamento convencional por cabeamento protegido no CMPP.

Considerações Finais

A PREUNI, como órgão responsável pela gestão do patrimônio físico da UFPI, desempenha um papel essencial na manutenção da infraestrutura e na criação de um ambiente universitário adequado às necessidades da comunidade acadêmica. A Comissão de Transição identificou a necessidade de modernizar a PREUNI, com a implementação de sistemas informatizados, a revisão dos processos e a ampliação do quadro de pessoal. Acreditamos que a nova gestão da PREUNI, com base nas recomendações apresentadas, poderá construir uma gestão mais eficiente, transparente e comprometida com a sustentabilidade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida na UFPI e para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.





Capítulo 10

Superintendência de Comunicação Social (SCS)

A Superintendência de Comunicação Social (SCS) da UFPI desempenha um papel estratégico na construção e na consolidação da imagem da instituição, na comunicação com a sociedade e na promoção do diálogo entre a universidade e os diversos setores da comunidade. Sua missão é planejar, coordenar e executar as atividades de comunicação da UFPI, utilizando diferentes canais e ferramentas de comunicação para alcançar os públicos interno e externo.

A SCS, em sua estrutura organizacional, compreende a Rádio FM Universitária, a Coordenadoria de Comunicação (COORDCOM), a Gráfica Universitária e a Editora da Universidade Federal do Piauí (EDUFPI). Cada unidade tem responsabilidades específicas, atuando em conjunto para construir uma comunicação integrada, eficiente e transparente.

O relatório da Comissão de Transição revela a necessidade de reestruturar a SCS, com a ampliação do quadro de pessoal, a melhoria da infraestrutura e a atualização dos equipamentos. A Comissão também identificou a importância de implementar medidas para melhorar a comunicação interna e externa, como a criação de um manual de identidade visual e a atualização do site da UFPI.

A gestão de contratos e convênios também requer atenção da nova gestão da SCS. O relatório aponta a necessidade de analisar e regularizar contratos com empresas terceirizadas, principalmente aqueles com prazos próximos de conclusão, para evitar a interrupção dos serviços essenciais para a comunicação da UFPI.

A EDUFPI, como parte integrante da estrutura da SCS, desempenha um papel relevante na difusão da produção científica da UFPI. A editora é responsável por publicar livros, revistas e outros materiais acadêmicos, contribuindo para a disseminação do conhecimento e o fortalecimento da imagem da universidade.

O relatório da Comissão de Transição da EDUFPI aponta a necessidade de atualizar os processos e procedimentos da editora, com a implementação de um sistema informatizado para gestão de publicações e a criação de um guia para orientar os/as autores/as na preparação de seus trabalhos. A Comissão também recomenda a realização de campanhas de divulgação e distribuição das obras publicadas pela EDUFPI, para ampliar o alcance e o impacto das publicações.





Recomendações para o Plano de Ações Imediatas (PAI)

- Aprovar e implementar a política de comunicação institucional e o manual de identidade visual da UFPI.
- Lançar novo layout do site da UFPI, jundo com a STI, seguindo o Padrão Digital de Governo.
- Analisar e regularizar contratos com empresas terceirizadas.
- Criar um guia de orientação para autores/as na preparação de trabalhos a serem publicados pela EDUFPI.
- Realizar campanhas de divulgação e distribuição das obras publicadas pela EDUFPI.
- Revisar as metas PDU e PDI.
- Finalizar o processo de aquisição de itens para produção audiovisual e de materiais personalizados.
- Reestruturar a SCS, buscar ampliar o quadro de pessoal, melhorar a infraestrutura e atualizar os equipamentos.
- Implementar assessoria de comunicação no gabinete, para acompanhamento direto de pautas.
- Construir uma estratégia e implementar ações de comunicação interna.
- Avaliar os relatórios PROPLAN sobre comunicação institucional e realizar um levantamento e análise de métricas do site institucional e redes sociais.
- Implementar APP UFPI para facilitar o acesso às informações e sistemas institucionais.
- Realizar concurso público para técnico/as-administrativo/as, visando recompor a equipe após aposentadorias, licenças e falecimentos.
- Coordenar, de forma integrada com a Reitoria e PREXC, iniciativas referentes a eventos e ações institucionais e culturais, entre outras atividades relacionadas às áreas de comunicação social e cultura, por meio da nomeação de produtores culturais aprovados em concurso.
- Realizar o mapeamento e catalogação dos espaços culturais e serviços institucionais ativos (museus, planetário, bibliotecas, espaços de eventos), visando consolidar um circuito cultural integrado para as comunidades interna e externa.
- Catalogar e diagnosticar o estado de conservação dos espaços, acervos, estruturas e equipamentos culturais já identificados e em situação de vulnerabilidade ou abandono, para elaboração de projetos destinados à captação de recursos via editais de fomento à cultura.
- Recuperar as placas de outdoor e construir novas placas.
- Participar do Colégio de Comunicação da ANDIFES - COGECOM.





- Integrar todos os dispositivos de comunicação da SCS: Rádio, TV Universitária e COORDCOM.
- Implementar melhores práticas de comunicação interna para informes institucionais.
- Retomar a publicação de obras impressas e o acervo da EDUFPI e recuperar o acervo físico da livraria.
- Manter a livraria aberta.
- Atualizar e ampliar a composição do Conselho Editorial, com a inclusão de conselheiros *ad hoc*, visando fortalecer e diversificar a análise editorial.
- Atualizar os trâmites processuais para as publicações editoriais.
- Verificar convênios atuais e promover estudos para captação de recursos, com a FADEX, FAPEPI, CEAD, setor de Cultura da prefeitura, governo do estado e governo federal.
- Criar e implementar uma estratégia de distribuição e publicação das obras. Ativar redes sociais da EDUFPI e atualizar as notícias no site da UFPI.
- Demandar um funcionário para captação de recursos e outro para diagramação, revisão e elaboração de artes.
- Fazer uma lista das obras esgotadas para reedição e/ou impressão em ebook. Criar uma lista de temas e autores piauienses.
- Criar editais de apoio às revistas científicas.
- Criar um espaço para a promoção da leitura e de artistas piauienses, ampliando a Livraria Monsenhor Melo.
- Aprimorar a gestão do DOI (do inglês, *Digital Object Identifier*) das publicações científicas.
- Atualizar e realizar novas associações em entidades editoriais e eventos.
- Voltar a participar de Bienais e Salões Nacionais.
- Instituir uma premiação aos livros da EDUFPI, em homenagem ao professor Ricardo Alaggio Ribeiro.
- Publicar as obras de acadêmicos e intelectuais piauienses.
- Lançar editais para a publicação de trabalhos acadêmicos de professores/as e egressos/as dos programas de pós-graduação.
- Qualificar a equipe com cursos destinados a editores e livreiros, como os oferecidos pela Universidade do Livro.





Considerações Finais

A SCS, responsável pela comunicação da UFPI, desempenha uma função essencial na construção da imagem institucional e na difusão do conhecimento. A Comissão de Transição identificou a necessidade de reestruturar a SCS, ampliar o quadro de pessoal, melhorar a infraestrutura e atualizar os equipamentos. A gestão de contratos e convênios e a melhoria da comunicação interna e externa também são pontos importantes. Acreditamos que a nova gestão, com base nas recomendações apresentadas, poderá superar os desafios e construir uma SCS mais forte, eficiente e comprometida com a comunicação transparente e inovadora.





Capítulo 11

Superintendência de Tecnologia da Informação (STI)

A Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) desempenha um papel crucial na promoção da transformação digital e na modernização da gestão da universidade. Sua missão é prover soluções de tecnologia da informação e comunicação (TIC) inovadoras e eficientes, alinhadas com as necessidades da comunidade acadêmica e com os objetivos estratégicos da UFPI. Este capítulo apresenta um panorama da STI, com base no relatório da Comissão de Transição, e delinea as recomendações para o Plano de Ações Imediatas (PAI) para os primeiros 100 dias da nova gestão.

A STI, em sua estrutura organizacional, compreende as coordenações de Infraestrutura, Sistemas e Suporte, além das gerências de Redes e de Governança de TIC. A Superintendência atua em diversas frentes, desde a manutenção da infraestrutura de rede e o suporte técnico aos usuários até o desenvolvimento de sistemas e a gestão da segurança da informação.

O relatório da Comissão de Transição revela a necessidade de modernizar a infraestrutura de TIC da UFPI, com a atualização de equipamentos, softwares e sistemas. A Comissão também aponta para a importância da capacitação do/as servidores/as da STI e da comunidade acadêmica para o uso eficiente das tecnologias disponíveis.

O relatório sugere ações imediatas que se concentram em: revisão de conformidade, levantamento de serviços de TIC, avaliação de sistemas, expansão do SINAPSE, prorrogação de serviços, implementação do SEI e integração dos campi. Essas medidas visam garantir a conformidade com as normas, mapear os serviços, avaliar a eficácia dos sistemas, implementar projetos-piloto e modernizar a gestão de documentos e processos na UFPI.

Recomendações para o Plano de Ações Imediatas (PAI)

- Realizar uma revisão completa dos sistemas e processos da STI para garantir a conformidade com as normas de órgãos de controle como Controladoria Geral da União (CGU) e Tribunal de Contas da União (TCU).
- Estabelecer uma política de segurança da informação para a UFPI, com diretrizes precisas e procedimentos para a proteção de dados.
- Aplicar questionários para todas as unidades, mapeando os serviços, equipamentos e softwares utilizados.





- Realizar uma análise detalhada dos módulos em funcionamento nos sistemas de gestão da UFPI, identificando problemas e propondo melhorias.
- Realizar uma análise da estrutura organizacional da STI para identificar melhorias na alocação de recursos e organização do trabalho.
- Escolher uma unidade para a implantação piloto do SINAPSE, documentando o processo e os resultados.
- Avaliar a implantação de um sistema de gestão de identidade e acesso (GIA).
- Analisar a viabilidade de substituição dos sistemas SIG, buscando soluções mais modernas e eficientes para a gestão acadêmica e administrativa da UFPI.
- Definir o escopo, os recursos e o cronograma para a implantação do SEI.
- Organizar um seminário para os profissionais de TIC da multicampia e Colégios Técnicos, promovendo a troca de experiências e o alinhamento de estratégias.
- Elaborar um plano de comunicação para a STI, com vistas a melhorar a divulgação das ações e serviços para a comunidade universitária.
- Implementar um programa de capacitação para o/as servidore/as da STI, com foco nas novas tecnologias e ferramentas de gestão de TIC.
- Criar um canal de comunicação direto com a comunidade acadêmica, para receber *feedback* e sugestões sobre os serviços de TIC.
- Promover a cultura de uso responsável das TIC, por meio de campanhas de conscientização e educação digital.
- Incentivar o uso de softwares livres e de código aberto na UFPI.
- Identificar os contratos de serviços de TIC com vigência próxima do fim e providenciar a prorrogação.
- Buscar parcerias com outras instituições para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e inovação em TIC.

Considerações Finais

A STI, essencial para a modernização da gestão da UFPI, enfrenta o desafio de atualizar a infraestrutura de TIC e capacitar a comunidade acadêmica. A Comissão de Transição recomenda ações para melhorar a eficiência, a segurança e a conformidade dos sistemas. Acreditamos que a nova gestão, com base nas recomendações apresentadas, poderá transformar a STI em um motor de inovação e eficiência na UFPI.





Capítulo 12

Superintendência de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (SEBTT)

A Superintendência de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (SEBTT) da UFPI, órgão responsável pela gestão dos Colégios Técnicos nos campi de Teresina, Floriano e Bom Jesus, desempenha um papel fundamental na formação de técnico/as qualificado/as e na promoção do desenvolvimento regional. Sua missão é articular e coordenar as atividades de ensino básico, técnico e tecnológico, garantindo a qualidade e a excelência da educação ofertada e contribuindo para a formação integral do/as estudantes.

A SEBTT, em sua estrutura organizacional, conta com uma equipe de servidores/as efetivo/as e terceirizado/as que atuam na gestão administrativa e pedagógica dos Colégios Técnicos, buscando promover um ambiente educacional propício ao desenvolvimento do ensino e da aprendizagem. No entanto, a Comissão de Transição identificou a necessidade de reavaliar a estrutura da SEBTT, considerando a possibilidade de realocá-la para um espaço independente da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG), visando a fortalecer sua autonomia e identidade.

O relatório da Comissão de Transição aponta a necessidade de dar andamento aos processos em tramitação, tanto na SEBTT quanto nos Colégios Técnicos, para evitar a suspensão de atividades e garantir a continuidade das ações administrativas e pedagógicas. A análise do orçamento de 2024 revela que os recursos destinados aos Colégios Técnicos não são suficientes para cobrir todas as despesas, evidenciando a necessidade de aporte financeiro da Administração Superior e de uma gestão orçamentária mais eficiente e transparente.

A oferta de vagas para os cursos regulares em 2025 apresenta um aumento positivo, mas é crucial analisar os indicadores de matrículas, evasão e conclusões para avaliar o desempenho das unidades e planejar ações de melhoria. A Comissão de Transição também identificou dificuldades em obter informações sobre os programas executados em parceria com a FADEX, como o Mulheres Mil e o Programa da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional (EJA-EPT), recomendando maior transparência na gestão desses programas, com a participação ativa da SEBTT na execução e no acompanhamento das atividades.

O relatório aponta a necessidade urgente de atualizar o site da SEBTT, incluindo informações relevantes sobre a unidade e os Colégios Técnicos, e de criar um canal de comunicação mais eficiente, com a divulgação de informações relevantes para a comunidade acadêmica e a sociedade em geral.





Recomendações para o Plano de Ações Imediatas (PAI)

- Melhorar a gestão da informação, com foco na centralização e acompanhamento dos processos dos Colégios Técnicos junto à Reitoria, Pró-Reitorias, Superintendências e demais setores da UFPI.
- Realizar reuniões com as Direções dos Colégios para identificar os processos mais críticos e definir ações prioritárias.
- Analisar os 16 (dezesesseis) incisos do Art. 5º do Regimento Interno da SEBTT (Resolução 119/2023-CONSUN) e definir prioridades.
- Acompanhar as ações de pesquisa e extensão, buscando maior integração dos Colégios.
- Uniformizar os Projetos Pedagógico de Cursos (PPCs) entre os Colégios, facilitando a transferência de estudantes.
- Garantir a participação do/a SEBTT Titular nas Comissões designadas.
- Estabelecer critérios transparentes para a aplicação da previsão orçamentária de 2025, em conjunto com as Direções dos Colégios Técnicos.
- Criar uma força-tarefa para analisar e encaminhar os processos em tramitação na SEBTT e nos Colégios Técnicos.
- Definir critérios transparentes para a distribuição dos recursos em 2025, garantindo a equidade entre as unidades.
- Buscar maior transparência na gestão dos programas Mulheres Mil e EJA-EPT e demais programas especiais, com a participação ativa da SEBTT.
- Atualizar o site da SEBTT, incluindo informações relevantes sobre a unidade e os Colégios Técnicos.

Considerações Finais

A SEBTT desempenha um papel de relevo na formação de técnico/as qualificados e na promoção do desenvolvimento regional, mas enfrenta desafios que requerem uma atuação estratégica da nova gestão. A Comissão de Transição recomenda a melhoria da gestão da informação, o fortalecimento da interação entre os Colégios Técnicos e a Reitoria, e a otimização dos recursos financeiros e humanos. A análise dos indicadores de desempenho e a busca por maior transparência na gestão dos programas e convênios são essenciais para garantir a qualidade dos serviços e o cumprimento da missão da SEBTT, contribuindo para a construção de um futuro promissor para a educação profissional e tecnológica na UFPI.





Capítulo 13

Assessoria para Assuntos Internacionais (ASSINTER)

A Assessoria para Assuntos Internacionais (ASSINTER) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) desempenha um papel fundamental na promoção da internacionalização da universidade, facilitando a inserção da UFPI no cenário global e o desenvolvimento de ações de cooperação internacional. Sua missão é articular, coordenar e apoiar as atividades de internacionalização da UFPI, incluindo a mobilidade de estudantes e docentes, a cooperação científica e tecnológica e a promoção da língua portuguesa e da cultura brasileira no exterior.

A ASSINTER, criada em 2005, atua como um órgão de assessoria e consultoria para a Reitoria, os Centros de Ensino e os Programas de Pós-Graduação (PPGs) em questões relacionadas à internacionalização. A Assessoria também é responsável por gerenciar os convênios e acordos de cooperação internacional da UFPI, facilitando a realização de intercâmbios, a participação em eventos internacionais e o desenvolvimento de projetos de pesquisa conjuntos com instituições estrangeiras.

O relatório da Comissão de Transição revela a necessidade de reestruturar a assessoria, com a ampliação do quadro de pessoal, a melhoria da infraestrutura e a atualização dos equipamentos. A Comissão também identificou a importância de implementar medidas para melhorar a comunicação interna e externa, como a criação de um manual de identidade visual e a atualização do site da UFPI.

A gestão de contratos e convênios também requer atenção da nova gestão da ASSINTER. O relatório aponta a necessidade de analisar e regularizar contratos com empresas terceirizadas, principalmente aqueles com prazos próximos de conclusão, para evitar a interrupção dos serviços essenciais para a comunicação da UFPI.

Recomendações para o Plano de Ações Imediatas (PAI)

- Reestruturar a ASSINTER, ampliando o quadro de pessoal, melhorando a infraestrutura e atualizando os equipamentos.
- Criar um Comitê de Internacionalização da UFPI, composto por membros de diferentes setores da universidade, para discutir, planejar e acompanhar as ações de internacionalização.
- Desvincular a função de coordenação do Programa Idiomas sem Fronteiras da ASSINTER, para que a assessoria possa se concentrar em suas atribuições principais.





- Elaborar um Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) detalhado para o período 2025-2029, com metas, indicadores e cronograma de ações específicos para a ASSINTER.
- Criar um banco de dados com informações sobre os convênios e acordos internacionais da UFPI, para facilitar o acesso às informações e o acompanhamento das ações de cooperação internacional.
- Implementar um sistema de gestão de dados para organizar e registrar as ações de internacionalização da UFPI, incluindo informações sobre convênios, mobilidade acadêmica, eventos e projetos internacionais.
- Fortalecer a comunicação interna e externa da ASSINTER, com a divulgação das ações de internacionalização em diferentes canais de comunicação e a criação de materiais informativos sobre as oportunidades de intercâmbio e cooperação internacional.
- Buscar novas fontes de financiamento para as ações de internacionalização, por meio de editais e programas de fomento.
- Implementar a Política Linguística Institucional da UFPI, em colaboração com o Centro de Línguas e a PREXC, para promover o ensino de línguas estrangeiras e a internacionalização da UFPI.
- Criar um programa de apoio à internacionalização dos PPGs, em colaboração com a PRPG, para incentivar a mobilidade acadêmica, a cooperação científica e a participação em eventos internacionais.
- Estabelecer uma política de acolhimento para estudantes estrangeiros na UFPI, com a criação de materiais informativos e programas de orientação.
- Fortalecer a participação da UFPI em redes e associações de internacionalização, como a Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI) e o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB).
- Avaliar a criação de um Escritório de Apoio à Internacionalização, com tradutores e intérpretes, para auxiliar na preparação de documentos e na comunicação com instituições estrangeiras.

Considerações Finais

A ASSINTER, órgão fundamental para a internacionalização da UFPI, enfrenta desafios como a reestruturação administrativa, a melhoria da comunicação e a gestão eficiente de convênios. A Comissão de Transição recomenda ações para fortalecer a atuação da Assessoria, como a criação de um Comitê de Internacionalização, a implementação de um sistema de gestão de dados e a busca por novas fontes de financiamento. Acreditamos que a nova gestão da ASSINTER, com base nas recomendações apresentadas, poderá ampliar o alcance e o impacto das ações de internacionalização, inserindo a UFPI de forma mais efetiva no cenário global.





Capítulo 14

Biblioteca Carlos Castelo Branco (BCCB)

A Biblioteca Carlos Castelo Branco (BCCB) assume o papel de promover a disseminação do conhecimento e da cultura no âmbito da comunidade acadêmica. Sua missão é democratizar o acesso à informação, apoiando o ensino, a pesquisa e a extensão. Este capítulo, com base nos relatórios da Comissão de Transição, traça um panorama da BCCB, elencando recomendações para o Plano de Ações Imediatas (PAI) para os primeiros 100 dias da nova gestão.

A BCCB, em sua estrutura organizacional, abarca a Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castelo Branco e o Sistema Integrado de Bibliotecas da UFPI (SIBiUFPI), que inclui cinco bibliotecas setoriais no Campus Ministro Petrônio Portella e três nos campi de Bom Jesus, Picos e Floriano. O acervo da BCCB, o maior do Piauí, conta com mais de 119 mil exemplares, entre livros, periódicos e e-books, abrangendo todas as áreas do conhecimento.

A Comissão de Transição identificou desafios como a necessidade de ampliar e atualizar o acervo, melhorar a infraestrutura, garantir a acessibilidade e fortalecer a comunicação. A revisão do regimento interno, a integração das bibliotecas setoriais e a busca por novas tecnologias também são essenciais para a modernização da BCCB.

Recomendações para o Plano de Ações Imediatas (PAI)

- Revisão da reforma do teto, investigando e corrigindo as causas de vazamentos.
- Melhoria da climatização, atualizando o sistema de ar-condicionado.
- Renovação da assinatura da plataforma “Minha Biblioteca”, garantindo o acesso a recursos digitais.
- Estruturação e coordenação das bibliotecas setoriais, com a criação de uma função de coordenação.
- Atualizar o regimento da BCCB e das bibliotecas setoriais.
- Investir em acessibilidade, adequando espaços e equipamentos.
- Instalar câmeras, reforçar a segurança armada e adquirir antenas antifurto.
- Promover a capacitação contínua do/as servidore/as.
- Modernizar o sistema de iluminação e instalar mais tomadas para dispositivos eletrônicos.





Considerações Finais

A BCCB, como centro de informação e conhecimento, desempenha um papel vital no apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão na UFPI. A Comissão de Transição identificou desafios e oportunidades para a Biblioteca, como a necessidade de modernizar a infraestrutura, ampliar o acervo e fortalecer a comunicação. Acreditamos que a nova gestão, com base nas recomendações apresentadas, poderá superar os desafios e construir uma BCCB mais moderna, inclusiva e eficiente, consolidando seu papel como referência em acesso à informação e suporte acadêmico.





Capítulo 15

COPESE/COC

A Coordenadoria Permanente de Seleção (COPESE) e a Comissão Organizadora de Concursos (COC) são órgãos suplementares da Universidade Federal do Piauí (UFPI) responsáveis pela organização e execução de processos seletivos para ingresso em cursos de graduação, programas de residência, cursos técnicos, além de concursos para servidore/as técnico-administrativo/as e docentes. Este capítulo apresenta um panorama da COPESE e da COC, com base no relatório da Comissão de Transição, e delinea as recomendações para o Plano de Ações Imediatas (PAI) para os primeiros 100 dias da nova gestão.

A COPESE, criada em 2008 a partir da transformação da Comissão Permanente de Vestibular (COPEVE), organiza processos seletivos para ingresso de discentes e residentes, além de concursos públicos para prefeituras e órgãos externos. A COC, por sua vez, é responsável pela organização de concursos para docentes efetivos da UFPI.

O relatório da Comissão de Transição evidencia a necessidade de modernizar e aprimorar os processos da COPESE e da COC, com a implementação de sistemas informatizados, a digitalização de documentos e a revisão de normativas. A Comissão de Transição também destaca a importância de fortalecer a comunicação e a transparência na divulgação de informações sobre os processos seletivos e concursos.

A análise da Comissão de Transição revela que a COPESE e a COC enfrentam desafios como a falta de regimento interno, a necessidade de atualização do website, o acúmulo de documentos físicos e a sobrecarga de trabalho da equipe. A Comissão de Transição também identificou a necessidade de estabelecer critérios mais precisos e transparentes para a escolha de membros de bancas examinadoras e fiscais de provas.

Recomendações para o Plano de Ações Imediatas (PAI)

- Assegurar a continuidade e a qualidade dos editais em andamento, garantindo o cumprimento dos prazos e normas.
- Realizar uma auditoria dos processos seletivos vigentes para identificar gargalos e oportunidades de melhoria.
- Desenvolver e implementar protocolos de segurança para garantir a confidencialidade e a integridade na impressão das provas.





- Criar uma comissão para elaborar um regimento interno detalhado e protocolos de operação padronizados para a COPESE.
- Iniciar o processo de digitalização dos documentos e procedimentos da COPESE.
- Modernizar o website da COPESE, tornando-o mais informativo e acessível.
- Criar um portal do/a candidato/a online, com informações sobre os processos seletivos, inscrições, resultados e editais.
- Criar perfis da COPESE nas redes sociais para ampliar a comunicação e divulgar os processos seletivos.
- Criar uma comissão docente para cogerir os editais em andamento nos primeiros 100 dias, mitigando os riscos da transição.
- Realocar os servidores/as da COC temporariamente para a COPESE para apoiar a execução das ações dos primeiros 100 dias.
- Realizar um levantamento e revisão de todos os documentos da COC dos últimos cinco anos, digitalizando e catalogando os registros.
- Transferir toda a documentação da COC para um arquivo central na COPESE, com digitalização e catalogação de acordo com normas técnicas.
- Assegurar a segurança e a eficiência dos concursos em andamento, com acompanhamento de todas as etapas e resolução de problemas.
- Delegar a cada Centro/Campus a responsabilidade sobre as etapas dos concursos específicos para as vagas destinadas a eles.
- Criar uma comissão para formular diretrizes para a organização dos concursos nos Centros/Campi.

Considerações Finais

A COPESE e a COC desempenham um papel fundamental na organização e execução de processos seletivos e concursos na UFPI. A Comissão de Transição identificou a necessidade de modernizar os processos, fortalecer a comunicação e estabelecer critérios mais precisos e transparentes. Acreditamos que a nova gestão, com base nas recomendações apresentadas, poderá aprimorar a atuação da COPESE e da COC, garantindo a eficiência, a transparência e a qualidade dos processos seletivos e concursos na UFPI.





Capítulo 16

Hospital Veterinário Universitário (HVU)

O Hospital Veterinário Universitário (HVU) “Médico Veterinário Jeremias Pereira da Silva”, órgão suplementar da Universidade Federal do Piauí (UFPI), inaugurado em 2003 e localizado no Centro de Ciências Agrárias (CCA), desempenha um papel fundamental no ensino, na pesquisa e na extensão em Medicina Veterinária. O HVU oferece uma gama de serviços para animais de companhia, de produção, exóticos e silvestres, incluindo consultas, cirurgias, internação, vacinação, necropsia e exames laboratoriais e de imagem, consolidando-se como um centro de referência em saúde animal no Piauí.

Este capítulo, com base no relatório da Comissão de Transição, apresenta um panorama do HVU, com destaque para sua estrutura, seus desafios e perspectivas para a nova gestão. O HVU, em sua estrutura organizacional, conta com setores de Clínica e Cirurgia de Pequenos Animais, Laboratório de Patologia Clínica, Clínica e Cirurgia de Grandes Animais, Laboratório de Doenças Infecciosas e Parasitárias, Diagnóstico por Imagem e Patologia Animal, além de um cemitério para animais de companhia.

O relatório da Comissão de Transição aponta a necessidade de atualizar o Regimento Interno do HVU, que data de 2003, para que reflita a estrutura e as atividades atuais. A Comissão também identificou a necessidade de ampliar o quadro de funcionário/as, com a contratação de médico/as veterinário/as, técnico/as e auxiliares administrativo/as, para atender à demanda crescente por serviços.

A Comissão de Transição recomenda melhorias na infraestrutura do HVU, incluindo a construção de uma área específica para animais silvestres e exóticos e a revitalização do cemitério para animais de pequeno porte. A atualização dos equipamentos e a informatização dos processos também são essenciais para a modernização do HVU.

O relatório também destaca a importância de analisar a gestão financeira do HVU, com a inclusão de informações sobre as despesas, os investimentos e o endividamento. A Comissão de Transição recomenda a elaboração de um plano de comunicação para melhorar a comunicação do HVU com o público, incluindo a atualização do site e a divulgação dos serviços.





Recomendações para o Plano de Ações Imediatas (PAI)

- Atualizar o Regimento Interno do HVU.
- Analisar a gestão financeira do HVU, com a inclusão de informações sobre as despesas e os investimentos.
- Definir os objetivos estratégicos, as metas e as ações para o quadriênio 2024-2028, com base no diagnóstico realizado e nas diretrizes da UFPI.
- Realizar diagnóstico detalhado da situação do HVU, levantando informações sobre a estrutura física, os recursos humanos, os equipamentos, os serviços oferecidos, as finanças, os convênios e parcerias.
- Ampliar o quadro de funcionário/as, com a contratação de médico/as veterinário/as, técnico/as e auxiliares administrativos.
- Verificar a possibilidade de iniciar processo para suprir a falta de profissionais em áreas essenciais, como Patologia Animal, Reprodução Animal e Parasitárias.
- Melhorar a infraestrutura do HVU, incluindo a construção de uma área específica para animais silvestres e exóticos e a revitalização do cemitério.
- Atualizar os equipamentos e informatizar os processos.
- Modernizar os sistemas de informação.
- Melhorar a comunicação do HVU, com a atualização do site e a criação de um plano de comunicação.
- Fortalecer a comunicação com a comunidade acadêmica da UFPI, buscando integrar o HVU às atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Implementar uma estratégia de comunicação eficiente, utilizando diferentes canais para alcançar o público e divulgar os serviços.
- Avaliar a criação de novas áreas de residência, como clínica, manejo e cirurgia de animais silvestres.
- Elaborar e implementar um plano de bem-estar animal para o HVU.
- Colaborar com a elaboração e implementação do plano de bem-estar animal da UFPI.
- Criar ouvidoria para receber sugestões, críticas e reclamações dos/as usuários/as.
- Buscar novas fontes de financiamento, diversificando as fontes e elaborando projetos para captação de recursos.





Considerações Finais

O HVU da UFPI desempenha um papel fundamental no ensino, na pesquisa e na extensão em Medicina Veterinária, mas enfrenta desafios que demandam atenção da nova gestão. A Comissão de Transição recomenda a atualização do Regimento Interno, a ampliação do quadro de funcionários, a melhoria da infraestrutura e a modernização dos processos. Acreditamos que a nova gestão, com base nas recomendações apresentadas, poderá superar os desafios e construir um HVU mais moderno, eficiente e comprometido com a excelência na prestação de serviços à comunidade.





Capítulo 17

Hospital Universitário da UFPI (HU-UFPI)

O Hospital Universitário da UFPI (HU-UFPI) desempenha um papel crucial para o ensino, a pesquisa e a assistência em saúde no Piauí, sendo um hospital-escola do SUS e um campo de prática para estudantes da área da saúde e um centro de referência em atendimento em saúde de alta densidade tecnológica para a população. Este capítulo, com base no relatório da Comissão de Transição, apresenta um panorama do HU-UFPI, incluindo sua estrutura, seus desafios e perspectivas para a nova gestão.

O HU-UFPI, vinculado à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), possui uma estrutura organizacional complexa, com diversos setores e unidades que atuam de forma integrada para garantir a qualidade e a eficiência dos serviços prestados. O hospital oferece uma gama de serviços, desde consultas e exames até cirurgias e internações, atendendo usuário/as de diversas especialidades médicas.

O relatório da Comissão de Transição destaca a importância do HU-UFPI para a formação de profissionais da saúde, a pesquisa científica e a assistência à população. No entanto, a Comissão de Transição também identificou desafios a serem enfrentados, como a necessidade de ampliar o acesso aos serviços, reduzir o tempo de espera e melhorar a qualidade do atendimento. A Comissão de Transição também aponta para a importância de fortalecer a gestão do HU-UFPI, com a implementação de práticas de governança e a busca por maior eficiência na utilização dos recursos.

Recomendações para o Plano de Ações Imediatas (PAI)

- Elaborar um plano de ação para os primeiros 100 dias, com base no Plano Diretor Estratégico (PDE) 2024-2028 e no relatório de transição, identificando as emergências e definindo ações prioritárias para cada área.
- Estabelecer canais de comunicação com a comunidade interna e externa.
- Revisar os contratos e convênios vigentes.
- Elaborar o planejamento orçamentário, definindo as prioridades para alocação de recursos e buscando novas fontes de financiamento.
- Iniciar o processo de recrutamento e seleção de profissionais.
- Implementar medidas de comunicação para divulgar as ações da nova gestão.
- Analisar os indicadores de desempenho do HU-UFPI nas áreas de atenção à saúde, ensino e pesquisa.





- Desenvolver planos de ação para as áreas estratégicas, detalhando ações, responsáveis e prazos.
- Implementar medidas de melhoria da qualidade dos serviços, buscando a otimização dos processos e o aumento da eficiência na gestão.
- Avaliar os resultados das ações implementadas, monitorar os indicadores e realizar ajustes nos planos de ação.
- Elaborar um relatório de monitoramento e avaliação dos primeiros 100 dias e realizar uma reunião com a comunidade para apresentar o relatório e receber sugestões.
- Criar um grupo de trabalho com representantes do HU e da UFPI para discutir e implementar ações de integração.
- Elaborar um plano de ação conjunto com metas e indicadores para monitorar o progresso da integração.
- Promover a participação do/as estudantes de diversas áreas da UFPI nas atividades do HU, incentivando estágios, projetos e monitoria.
- Incentivar a participação do/as profissionais do HU nas atividades de ensino e pesquisa da UFPI, facilitando o acesso aos recursos da universidade.
- Criar programas de incentivo à pesquisa e inovação, com foco na resolução de problemas do HU.
- Promover eventos conjuntos para integrar as comunidades e estabelecer mecanismos de comunicação eficientes.
- Transformar a comissão de Cuidados Paliativos do HU-UFPI em serviço de cuidados paliativos com objetivos de alinhamentos às demandas da Política Nacional de Cuidados Paliativos.

Considerações Finais

O HU-UFPI desempenha um papel fundamental no ensino, na pesquisa e na assistência médica no Piauí. A Comissão de Transição identificou a necessidade de fortalecer a gestão, melhorar a infraestrutura e ampliar o acesso aos serviços. A participação social, a comunicação e a integração com a UFPI também são pontos importantes a serem considerados pela nova gestão.





Capítulo 18

Reformulações das Resoluções da UFPI

A Universidade Federal do Piauí (UFPI), como instituição dinâmica e em constante desenvolvimento, necessita de um arcabouço normativo atualizado e eficiente para garantir a adequada gestão acadêmica e administrativa. As resoluções e regimentos, instrumentos que regulamentam as atividades da UFPI, devem refletir as transformações e demandas da comunidade acadêmica, assegurando a conformidade com a legislação e os princípios da gestão pública.

Este capítulo, com base no relatório da Comissão de Regimentos e Resoluções, analisa a situação atual dos principais documentos normativos da UFPI, identificando a necessidade de revisões e atualizações para garantir a adequação à legislação, a coerência com as práticas modernas de governança e a efetividade na gestão da universidade.

A Comissão de Regimentos e Resoluções, em seu trabalho minucioso, realizou um diagnóstico abrangente dos regimentos, resoluções e portarias da UFPI, com o objetivo de identificar os documentos que requerem atualização. A Comissão propõe a constituição de comissões internas, com representantes de diferentes segmentos da comunidade acadêmica, para conduzir o processo de revisão e atualização dos documentos normativos.

O relatório da Comissão de Regimentos e Resoluções apresenta uma análise detalhada de cada documento normativo, com a indicação dos dispositivos que necessitam de revisão e as sugestões de alteração. A Comissão também propõe a realização de consultas públicas e audiências para garantir a participação da comunidade acadêmica no processo de revisão e atualização dos documentos normativos.

Recomendações para o Plano de Ações Imediatas (PAI)

- Criar um grupo de trabalho (GT) para analisar o relatório da Comissão de Regimentos e Resoluções composto por membros de diferentes setores da UFPI, para avaliar as recomendações e definir as prioridades para o processo de revisão e atualização dos documentos normativos.
- Elaborar um cronograma para a revisão e atualização dos documentos normativos, com metas e prazos definidos, para garantir a conclusão do processo em tempo hábil.





- Realizar consultas públicas e audiências para debater as propostas de alteração e garantir a participação da comunidade acadêmica.
- Instituir uma comissão permanente de revisão de regimentos e resoluções, com representantes de diferentes segmentos da comunidade acadêmica, para acompanhar a aplicação das normas e propor atualizações e adequações, quando necessário.
- Criar um sistema informatizado para gestão de documentos normativos para facilitar o acesso, a organização e o acompanhamento das revisões e atualizações.
- Divulgar amplamente as revisões e atualizações dos documentos normativos, por meio dos canais de comunicação da UFPI, para garantir o conhecimento e a aplicação das normas pela comunidade acadêmica.
- Priorizar a revisão dos documentos normativos identificados pela Comissão de Regimentos e Resoluções como urgentes, como o Estatuto da UFPI, o Regimento Geral da UFPI e o Regimento do Conselho Diretor.
- Estabelecer um calendário regular para a revisão dos documentos normativos, visando garantir a atualização periódica e a adequação às demandas da comunidade acadêmica e à legislação.

Considerações Finais

A atualização e a revisão dos documentos normativos da UFPI são essenciais para garantir a adequada gestão acadêmica e administrativa da instituição. A Comissão de Regimentos e Resoluções realizou um trabalho fundamental ao identificar a necessidade de revisões e atualizações em diversos documentos normativos. Acreditamos que a nova gestão, com base nas recomendações apresentadas, poderá conduzir um processo eficiente de revisão e atualização das normas da UFPI, garantindo a conformidade legal, a modernização da gestão e a participação da comunidade acadêmica.





Considerações Finais do Relatório de Transição de Gestão da UFPI 2024-2028

O presente relatório, construído de forma democrática e participativa, revela um retrato abrangente da Universidade Federal do Piauí (UFPI), com seus desafios e potencialidades. A partir da análise dos 18 capítulos que compõem este documento, emergem considerações cruciais que orientarão a nova gestão na construção de uma instituição mais justa, eficiente e comprometida com o desenvolvimento social.

Os desafios transversais identificados nas diferentes áreas da UFPI requerem uma atuação integrada e coordenada da nova gestão. A modernização de processos e fluxos de trabalho, a ampliação do quadro de pessoal, a melhoria da infraestrutura, o fortalecimento da comunicação e a promoção da inclusão e da diversidade são pontos nevrálgicos que demandam atenção prioritária.

A análise dos processos de trabalho evidencia a necessidade de se eliminarem sombreamentos e gargalos burocráticos, com a implementação de medidas de otimização e simplificação, visando a uma maior agilidade e eficiência na prestação de serviços à comunidade acadêmica. A incorporação de tecnologias da informação e comunicação (TIC) é essencial para a automação e a melhoria dos fluxos de trabalho.

A nova gestão da UFPI pautar-se-á por um modelo de gestão pública de desempenho e desenvolvimento, com base em indicadores, metas e mecanismos de monitoramento e avaliação, buscando a melhoria contínua dos serviços e a excelência acadêmica e administrativa. A participação da comunidade acadêmica nesse processo é fundamental para a construção de uma gestão democrática e transparente.

Reafirmamos o compromisso com a promoção da equidade étnico-racial, com a implementação de políticas afirmativas e ações de inclusão e acessibilidade em todos os setores da UFPI. A busca pela segurança jurídica e pela transparência nas ações da universidade também são pilares da nova gestão.

Acreditamos que a UFPI, com a colaboração de todos os seus segmentos, poderá superar os desafios e aproveitar as oportunidades para se consolidar como uma instituição de excelência, comprometida com a produção de conhecimento, a formação de cidadãos e cidadãs e a transformação social.





Presidente da Equipe de Transição da Gestão 2024-2028 da UFPI

Prof^a. Dra. Nadir do Nascimento Nogueira

Coordenador Geral

Prof. Dr. Edmilson Miranda de Moura

Secretário Geral

Prof. Dr. Emídio Marques de Matos Neto





Equipe de Transição da Gestão 2024-2028 da UFPI

EQUIPE DE TRANSIÇÃO DAS ATIVIDADES-MEIO

Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN)

Alexandre José Medeiros do Nascimento
Marcos Antônio Tavares Lira
Sebastião Carlos da Rocha Filho

Pró-Reitoria de Administração (PRAD)

Alexandre Rodrigues Santos
Erika Monteiro Mesquita de Almeida
Larissa Naiana Mendes de Sousa

Superintendência de Comunicação Social (SCS)

Graciele Barroso
Jacqueline Lima Dourado
Renan da Silva Marques

Superintendência da Tecnologia da Informação (STI)

Clédjan Torres da Costa
Ricardo de Andrade Lira Rabêlo
Taison Martins Almeida

Superintendência de Recursos Humanos (SRH)

Flávia Lorenne Sampaio Barbosa
Líbia Mafra Benvindo de Miranda
Ulisses de Carvalho Meireles

Prefeitura Universitária (PREUNI)

Marco Antônio Mastangelo
Marina Freire Miranda
Pedro José Gomes Rodrigues

Hospital Veterinário Universitário (HVU)

Lilian Silva Catenacci
Marcelo Campos Rodrigues
Erica Emerenciano Albuquerque

COPESE e COC

Mykael de Araújo Cardoso
Sidley Ferreira Maia
Wedson de Medeiros Silva Souto

Biblioteca Comunitária

Rigoberto Veloso de Carvalho
Gisela Beatriz Costa Oliveira Carvalhêdo Lima
Caryne Maria da Silva Gomes

Reformulações de Resoluções

Dalton Melo Macambira
Maria Regiane Araújo Soares
Alexandre Rabelo Neto
Sâmila de Sousa Rodrigues
Ana Ravena de Sousa

Editora da UFPI

João Benvindo de Moura
Olivia Cristina Perez

Biotérios

João Paulo Jacob
Maria do Carmo Carvalho e Martins
Waldileny Ribeiro de Araujo Moura
Silvêria Regina de Sousa Lira

Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia (NINTEC)

Bruno Guedes Alcoforado Aguiar
Albemerg Moura de Moraes

Assessoria para Assuntos Internacionais

Claudio Augusto Carvalho Moura
Edna Maria Goulart Joazeiro

Assessoria Especial

Adrianna de Alencar Setubal Santos

EQUIPE DE TRANSIÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM

Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos e Comunitários (PRAEC)

Emídio Marques de Matos Neto
Fábio Abreu dos Passos
Leandro Gomes Reis Lopes
Rafaella Santiago Sousa Freitas
Sueli Maria Teixeira Lima

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREXC)

Daniel Loucana da Costa Araújo
Liliane Araújo Pinto
Waleska Ferreira de Albuquerque
Sinevaldo Gonçalves de Moura



Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG)

Djanira do Espírito Santos Lopes Cunha
Francisco Gleison da Costa Monteiro
Gardênia de Sousa Pinheiro
Willian Mikio Kurita Matsumura
Edivan Vieira Carvalho

Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação (PRPG)

Carlos Sait Pereira de Andrade
Maria Eliete Batista Moura
Maraisa Lopes
Maria Rosalia Ribeiro Brandim

Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPESQI)

Alexandre de Castro Maciel
João Marcelo de Castro e Sousa
Maria do Socorro Pires e Cruz
Rodrigo de Melo Souza Veras

Superintendência do Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT)

Jossivaldo de Carvalho Pacheco
Raimundo Falcão Neto
Ricardo de Castro Ribeiro Santos

Hospital Universitário (HU/UFPI)

Acácio Salvador Veras e Silva
Ana Lúcia França da Costa
André Gonçalves da Silva
Antônia Danielle Pierote de Araújo
Avelar Alves da Silva
Carlos Eduardo Batista de Lima
Eleonora Parentes Sampaio Fernandes
Francisca Tereza de Galiza
Francisco Luciani de Miranda Vieira
Jônatas Melo Neto
Jussara Maria Valentim Cavalcante Nunes
Luís Gustavo Cavalcante Reinado
Marta Alves Rosal
Maurício Giraldi
Rafael Ferreira Corrêa Lima
Raimundo José Cunha Araújo Junior



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ